



Senado aprova renegociação da dívida dos estados com a União

Jonas Pereira/Agência Senado



Por 55 votos a favor e 14 contra, os senadores aceitaram o substitutivo apresentado pelo relator, Armando Monteiro, que recuperou o texto original

Para renegociar a dívida, governadores terão de dar contrapartidas, como aumentar previdência de servidores e reduzir gastos com propaganda

O Plenário aprovou ontem o projeto que renegocia a dívida dos estados e cria o Regime de Recuperação Fiscal. A reinserção das contrapartidas retiradas pelos deputados provocou polêmica. Para os favoráveis, é condição para que os estados não voltem a se endividar. Já a oposição considerou as exigências severas. Como houve modificações, o projeto volta para a Câmara. **5**

Congresso vota hoje Orçamento de 2017 com teto de gastos **3**

Plenário autoriza reforma do Imposto sobre Serviços **4**

Comissão examinará projeto sobre abuso de autoridade **4**

Legalização de jogos de azar será avaliada por colegiado **4**

Jane de Araújo/Agência Senado



Para Renan Calheiros, o ganho de qualidade será percebido pelo cidadão e pelas emissoras privadas, já conectadas à TV Senado

TV Senado ganha parque de produção digital

O presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugurou ontem o novo parque de produção digital da TV Senado. Com isso, a emissora vai ganhar mais qualidade e agilidade na cobertura,

além de interatividade com os cidadãos. Renan ressaltou esforços feitos pela Comissão Diretora para viabilizar a atualização, sem negligenciar a responsabilidade orçamentária. **2**

Seminário produz documento para pautar políticas voltadas à mulher

Com o objetivo de produzir um documento que será a diretriz para atuação social e parlamentar voltada às mulheres em 2017, o Senado realiza o seminário Mulheres no Poder.

Ontem, cerca de 400 participantes debateram o combate à violência contra a mulher e a baixa representatividade feminina no Poder Legislativo. O evento continua hoje. **2**



Pietro Franzoy/Agência Senado

Cerca de 400 mulheres estiveram na abertura do seminário Mulheres no Poder

Ano Araújo/Infraero



Medida da Anac que permitiria empresas cobrar por bagagem pode ser suspensa

Proposta suspende decisão de cobrança por bagagem

Segue para a Câmara dos Deputados o projeto que susta a autorização da Anac para que as empresas aéreas cobrem pelo despacho de bagagens a partir de 14 de março de 2017. A proposta foi aprovada ontem em Plenário. **4**

Avança projeto que modifica política nacional sobre drogas **7**

Texto permite eliminar o original de documento digitalizado **6**

Foto: Agência Senado



A diretora da Secom, Virgínia Galvez, fala durante a inauguração, que contou com a participação de senadores e servidores

TV Senado inaugura novo parque de produção digital

Atualização dos equipamentos da TV Senado vai dar mais agilidade à cobertura, aumentar a qualidade das imagens e permitir a interatividade

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros inaugurou ontem a TV Senado Digital, o novo parque de produção digital da emissora que inclui novos equipamentos. Também foram inauguradas novas instalações da redação.

Renan destacou o compromisso da Casa com a transparência e a economia de recursos públicos. Ele lembrou que a TV foi criada pelo então presidente do Senado, José Sarney, em 1996. À época, a Secretaria de Comunicação era dirigida pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita, que esteve na solenidade.

Também participaram da inauguração da TV Senado Digital os senadores Ana Amélia (PP-RS), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Elmano Férrer (PTB-PI) e Ciro Nogueira (PP-PI), além do secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, do diretor em exercício da TV Senado, James Gama, e do diretor da Gráfica do Senado, Florian Madruga.

— A TV Senado contribuiu para o processo de aprofundamento da democracia, expondo as cada vez mais intensas atividades do Parlamento. Para isso, a emissora aumentou progressivamente sua capacidade de cobertura de eventos que ocorrem por vezes simultaneamente nos diversos plenários — disse Renan.

Aquisições

Ele lembrou os esforços feitos para viabilizar as mudanças e aquisições necessárias para o novo parque digital.

— Nos últimos dois anos, com total responsabilidade fiscal e orçamentária, a Comissão Diretora sensibilizou-se para assegurar os recursos para

preparar a emissora para a inadiável modernização.

De 1996 a 2016, as horas de transmissões mensais ao vivo da TV Senado passaram de 330 para 720, um aumento de 120%. Hoje, a TV Senado grava e transmite uma média de 25 reuniões de comissões e sessões plenárias por semana.

— A emissora precisa se manter atualizada, especialmente em um mundo de constantes inovações tecnológicas. As sessões do Plenário vêm sendo transmitidas, desde maio, por novas câmeras digitais de alta resolução.

De acordo com o presidente, o ganho de qualidade com a entrada em funcionamento dos novos equipamentos será percebido até pelas emissoras privadas, que já estão conectadas à TV Senado.

— A emissora terá mais agilidade para cumprir seu papel institucional, oferecendo informação e contribuindo para a interação com o cidadão.

Para o primeiro-vice-presidente, Jorge Viana (PT-AC), a TV entra definitivamente na era digital. Ele parabenizou a equipe da Secretaria de Comunicação do Senado (Secom) pelo profissionalismo.

— Quem acha que é fácil fazer comunicação com todo tipo de posicionamento político na mesma Casa, e fazer isso sem maiores reclamações? Tem que ser muito profissional, e a equipe do Senado é muito profissional — disse Viana.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, destacou a superação das dificuldades para concretizar a obra.

— Não foi uma obra fácil. Esse é um espaço difícil de se trabalhar, mas juntos nós conseguimos. Que o legado dessa Comissão Diretora não seja perdido. Que nós tenhamos sempre a responsabilidade de lidar com o recurso público da melhor forma possível.

Para a diretora da Secom, Virgínia Malheiros Galvez, o

momento é de grande significado. Ela agradeceu o apoio da Comissão Diretora:

— Esse apoio foi inestimável. Todos nós que somos da Comunicação Social estamos vivendo um momento realmente marcante e emocionante porque isso que nós conquistamos hoje é resultado de uma luta de muitos anos.

Em Plenário, a senadora Ana Amélia comemorou a inauguração da TV Senado Digital. Para ela, a emissora tem sido a fonte da história do Senado e da história política brasileira.

— Preciso, como jornalista que fui durante muitas décadas, agradecer, na pessoa de Virgínia Galvez, a toda a equipe da TV Senado, a toda área de comunicação desta Casa.

Corte de gastos

Renan Calheiros ressaltou que o planejamento estratégico adotado pelo Senado possibilitou uma economia de mais de R\$ 700 milhões ao longo dos últimos quatro anos, reduzindo o orçamento da Casa para 60% do orçamento da Câmara dos Deputados. Antes, os dois orçamentos eram iguais. Entre as ações, estão a extinção do serviço médico, doação de equipamentos médicos para o governo do Distrito Federal e o enquadramento dos salários pagos pelo Senado nas regras do teto do serviço público.

Jorge Viana elogiou a gestão de Renan, salientando que o Senado, nos últimos anos, antecipou-se aos momentos de dificuldade e devolveu recursos à União.

— Lamentavelmente, isso não ganhou a dimensão que poderia ganhar. Em todos os aspectos, a redução do nosso orçamento beirou a R\$ 1 bilhão nesses quatro anos. Uma equipe competente ajudou a cumprir a determinação do presidente Renan de tentar fazer mais com menos, que é a lógica de governança.

Seminário aborda feminicídio e papel da mulher na política

Cerca de 400 mulheres participaram ontem da abertura do seminário Mulheres no Poder: diálogos sobre empoderamento político, econômico e social e enfrentamento à violência, que acaba hoje.

O objetivo, segundo a procuradora especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é produzir um documento que será a diretriz para atuação social e parlamentar para mulheres.

Representante do escritório da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman destacou a importância de homens e mulheres na construção de um mundo igualitário, sobretudo dos que têm compreensão da importância central da igualdade de gênero e da não discriminação para a construção de uma “igualdade substantiva, uma igualdade de verdade”.

A Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado, Ro-

berta Viegas, apresentou os resultados das iniciativas do órgão, inclusive para provocar organismos estaduais a organizar dados referentes à violência contra as mulheres.

Mudanças

A baixa representatividade feminina no Poder Legislativo brasileiro foi tema da segunda mesa do dia. Para Vanessa Grazziotin, é possível mudar a organização político-partidária, de modo a fazer a presença avançar, em paralelo a lutas que envolvem mudanças culturais.

Para Marta Suplicy (PMDB-SP), os avanços foram neutralizados por dispositivos, como o que ampliou o número de candidaturas possíveis, de modo a contrabalançar o impacto da cota de 30% sobre as candidaturas masculinas.

A senadora defendeu mudanças estratégicas para envolver os homens na discussão de gênero.

Nota de pesar da Presidência do Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou nota de pesar pela morte do arcebispo emérito de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns. Confira a íntegra do texto:

O Congresso Nacional lamenta a morte do arcebispo emérito de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, que foi um dos grandes líderes da Igreja Católica e nunca deixou de dedicar sua vida aos pobres e à defesa dos direitos humanos, sendo chamado por muitos de “o amigo do povo”. Durante os anos de chumbo, o arcebispo emérito de São Paulo atuou no combate aos abusos da ditadura. Dom Paulo Evaristo Arns era um frade franciscano e dedicou sua vida à simplicidade, sigamos o seu exemplo.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRA Reforma agrária

8h PLS 90/2014, que destina à reforma agrária terras ao longo de rodovias.

CDH Pampa, Caatinga e Cerrado

9h Audiência pública sobre os biomas Pampa, Caatinga e Cerrado.

CI Sistema Eletrobras

9h Debate sobre o sistema Eletrobras.

PROCURADORIA DA MULHER Debate

9h Seminário Mulher: diálogos sobre empoderamento político, econômico e social e enfrentamento à violência.

SESSÃO DO CONGRESSO Promulgação

9h Promulgação da Emendas Constitucionais 94, sobre pagamento de precatórios, e 95, que limita gastos públicos.

PRESIDÊNCIA Cooperação técnica

9h Renan Calheiros preside sessão solene do Congresso para promulgar emendas. Às 10h30, participa de assinatura de termo aditivo ao acordo de cooperação técnica entre Senado, Câmara e TCU e do lançamento do relatório de gestão da Ouvidoria do Senado. Às 11h, participa da missa em ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos de 2016. Em seguida, preside sessão do Congresso.

CONGRESSO Orçamento

11h Votação de vetos e projetos relativos ao Orçamento de 2017.

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Congresso vota hoje Orçamento de 2017, ajustado ao novo teto

Aprovado na Comissão de Orçamento, o substitutivo de Eduardo Braga elevou recursos da saúde para atender piso constitucional

O CONGRESSO VOTA hoje o Orçamento da União de 2017, o primeiro sob o novo regime fiscal instituído pela Proposta de Emenda à Constituição 55/2016. Aprovada pelo Senado, a PEC do Teto de Gastos será promulgada em sessão solene do Congresso, prevista para as 9h.

Com despesas orçadas em R\$ 3,505 trilhões no próximo ano, dos quais R\$ 946,4 bilhões para o refinanciamento da dívida pública, com impacto contábil sobre o Orçamento, o projeto da Lei Orçamentaria Anual (PLN 18/2016) foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O substitutivo do relator-geral, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), atendeu o dispositivo da PEC do Teto de Gastos e elevou os recursos para a saúde, atingindo o percentual de 15% da receita corrente líquida da União, considerado o piso constitucional para o próximo ano. O Executivo havia destinado R\$ 105,5 bilhões para o piso. O relator ajustou o valor para R\$ 115,3 bilhões. Para garantir esse aumento, Braga contou com recursos de emendas parlamentares e da reestimativa líquida de receita, que elevou a arrecadação federal do próximo ano em R\$ 10,1 bilhões.

Para votar o texto aprovado na CMO, os congressistas terão

de examinar antes, na sessão que começa às 11h, vetos presidenciais e três destaques relativos ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 (PLN 2/2016).

Investimentos

As empresas estatais, e em especial a Petrobras, continuarão a responder pela maior parte dos investimentos federais. O substitutivo de Braga projeta R\$ 90 bilhões em investimentos das estatais e outros R\$ 58,3 bilhões em recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para investimento. Esta última dotação subiu R\$ 19 bilhões em relação à proposta original do Executivo. O aumento decorreu de emendas de deputados e senadores às despesas de 2017.

Os gastos com pessoal ativo, aposentadorias e pensões da esfera federal estão orçados em R\$ 306,9 bilhões, dos quais R\$ 257,3 bilhões referem-se ao Poder Executivo e Defensoria Pública da União. A receita de impostos federais, após as transferências constitucionais, está estimada em R\$ 290 bilhões. Desse total, os recursos vinculados para a área de educação correspondem a R\$ 52,2 bilhões. No total, o valor orçado para a área de educação em 2017 é de R\$ 85,6 bilhões.



Comissão mista presidida pelo deputado Arthur Lira (D), ao lado de Romero Jucá, vota relatório de Eduardo Braga (E)

O relator-geral rejeitou 244 destaques dos 263 apresentados pelos parlamentares ao parecer final. Outros 19 foram acatados total ou parcialmente e mantidos na peça orçamentária.

Teto de gastos

O novo regime fiscal, que vai vigorar por 20 anos, determina que o crescimento das despesas primárias federais estará limitado à variação da inflação acumulada entre julho de um ano e junho do ano seguinte. Para 2017, excepcionalmente, foi definido que as despesas primárias terão correção de 7,2%, que é o IPCA projetado para o ano. O relator-geral destacou o desafio de elaborar o Orçamento sob as novas regras fiscais.

— Não é simples. Houve um esforço de todos para que chegássemos até aqui — disse Braga.

Como o relatório do senador está sujeito a mudanças durante a votação no Plenário do Congresso, ele disse não ser possível apontar o valor do teto de gastos de 2017, ou seja, o limite que terá que ser respeitado por todos os órgãos federais no próximo ano.

Ele esclareceu que isso só será conhecido após a conclusão da votação.

O número final, porém, poderá ter vida curta. Somente no encerramento do exercício de 2016 será possível conhecer as despesas primárias da União sobre as quais vão incidir a correção de 7,2%. Se o valor corrigido ficar acima do que foi aprovado pelo Congresso na proposta orçamentária, o governo terá que fazer um ajuste na lei orçamentária. Isso poderá ser feito com o envio de um projeto de crédito cancelando despesas, para ajustar o Orçamento de 2017 ao novo limite de gastos.

Piso da saúde

A ampliação dos recursos para a saúde faz parte do acordo que levou à aprovação da PEC do Teto de Gastos. A Emenda Constitucional 86, que será revogada pelo novo regime, prevê que o piso da saúde será de 15% da receita corrente líquida a partir de 2020. O acordo antecipou esse percentual para o próximo ano. Braga ressaltou a importância da ampliação do piso:

— Ao contrário do que

alguns tentam passar, o piso da saúde sofreu foi uma antecipação e um incremento de R\$ 10 bilhões — disse.

O líder do PT na CMO, deputado Assis Carvalho (PI), apresentou outra visão:

— A situação não pode ser comemorada. Esse é o último aumento que a saúde tem, conforme o teto, durante 19 anos — criticou.

Cenário

O crescimento da economia previsto no substitutivo é de 1,2% para 2017. A inflação medida pelo IPCA, considerada no Orçamento, está estimada em 4,8%. A taxa básica de juros (Selic) prevista é de 12,11%, na média. A taxa de câmbio média, por sua vez, foi projetada em R\$ 3,43 por dólar.

O projeto orçamentário trabalha também com o salário mínimo de R\$ 945,80, que entra em vigor em janeiro, e inclui a previsão de déficit primário de R\$ 139 bilhões para o governo central, ou 2,04% do produto interno bruto (PIB). As estatais terão resultado negativo de 0,04% do PIB e os estados e os municípios 0,02% do PIB.

(Com Agência Câmara)

Ataídes: obras paradas geram perda de R\$ 1 trilhão

As perdas do Brasil com obras incompletas e financiadas, direta ou indiretamente, com recursos federais podem chegar a cerca de R\$ 1 trilhão, segundo o presidente da Comissão Especial de Obras Inacabadas, Ataídes Oliveira (PSDB-TO). O senador afirmou ontem, em audiência, que esse “cemitério de obras representa um custo altíssimo para a sociedade, pois significa dinheiro público jogado no lixo”.

Todas as 1.725 obras fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), 73,9% do pacote, apresentaram irregularidades graves. O coordenador-geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura (Coinfra), Arsênio Dantas, e o auditor da Secretaria Federal de Controle Interno, Fábio Santana, confirmaram a gravidade da

situação. Algumas obras, embora empenhadas, não foram sequer iniciadas.

Dantas informou que 70% das obras do setor elétrico, independentemente do tamanho ou valor, estão inacabadas ou atrasadas. Nas obras de mobilidade urbana, dos 50 projetos aprovados para financiamento dentro do programa da Copa do Mundo de 2014, apenas 11 foram concluídos.

Wellington Fagundes (PR-MT) citou o Hospital Central de Cuiabá. O prédio, segundo ele, está em ruínas após 20 anos de paralisação. Roberto Muniz (PP/BA) alertou para a necessidade de buscar saídas para melhorar o desempenho das obras públicas, como mecanismos de gestão de projetos.

Pinto Itamaraty (PSDB-MA) afirmou que os problemas para

regularizar uma obra não se limitam aos de ordem técnica.

— As mudanças nas listas de pendências são necessárias sempre que há troca de engenheiros nos postos de fiscalização e controle, sendo que, depois de fechadas, tais listas não podem ser mudadas.

Ataídes disse que procurou o presidente Michel Temer para alertá-lo da importância da continuidade das obras e afirmou que o governo federal retomará 1.600 delas, injetando na economia cerca de R\$ 2,073 bilhões, em benefício de 1.071 municípios.

O relator, Wilder Moraes (PP-GO), divulgou na reunião o relatório preliminar, mas destacou que o prazo de encerramento da comissão é em novembro de 2017, podendo ser estendido por um ano.

Adiada votação de relatório da MP sobre concessões de radiodifusão

O deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) apresentou ontem relatório sobre a Medida Provisória (MP) 747/2016, que anistia as entidades de radiodifusão que não tenham apresentado no prazo legal os pedidos de renovação da concessão ou permissão para funcionamento dos serviços. Porém, devido a pedido de vista coletiva na comissão, a discussão e a votação do relatório serão feitas após o recesso parlamentar.

Uma das principais mudanças acolhidas pelo relator diz respeito à inclusão das rádios comunitárias na medida provisória. Representantes dessas emissoras já haviam participado de audiência pública na comissão solicitando

que as rádios comunitárias também fossem contempladas na medida.

A MP 747/2016 determina que os interessados em renovar a concessão ou a permissão apresentem requerimento nos 12 meses anteriores ao término do prazo da outorga. Antes da MP, isso poderia ser feito entre seis e três meses anteriores ao término da outorga.

De acordo com a MP, caso expire a outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido, mas em caráter precário, ou seja, de forma transitória. Pela regra anterior, o pedido era considerado deferido se o órgão competente não se manifestasse no tempo hábil.

Reforma do Imposto sobre Serviços segue para sanção

Aprovado ontem pelo Senado, projeto fixa alíquota mínima de ISS para desencorajar guerra fiscal entre municípios e aumenta lista de serviços tributados, o que deve garantir arrecadação extra às prefeituras

O SENADO APROVOU ontem projeto que reforma o Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza (ISS). O texto, que segue agora para a sanção presidencial, fixa em 2% a alíquota mínima do imposto, na tentativa de acabar com a guerra fiscal entre os municípios, e amplia a lista de serviços alcançados pelo imposto.

A proposta (SCD 15/2015) começou a ser discutida na sessão de terça-feira, mas senadores pediram o adiamento da votação, para poderem analisar alterações no texto. A versão aprovada é um substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 386/2012 — Complementar, de Romero Jucá (PMDB-RR).

Uma das mudanças feitas na Câmara é a cobrança do tributo onde a operação ocorreu, em casos como cartão de crédito ou débito e factoring (aquisição de direitos de crédito) ou leasing (arrendamento mercantil). Isso significa que a operação pode ser tributada pelo município em que é feita ou pelo domicílio do tomador da operação, e não no município-sede da administradora do cartão ou empresa financeira. A regra geral passa a ser a cobrança no local do estabelecimento que presta o serviço, atendendo a uma demanda antiga dos municípios.

— O projeto moderniza a legislação e dá segurança jurí-



No Plenário, senadores debateram as mudanças propostas pelo substitutivo

dica, acrescentando várias atividades no escopo da cobrança desse imposto — disse Jucá.

O relator, Cidinho Santos (PR-MT), destacou que o objetivo principal é combater “a chamada guerra fiscal do ISS”. A adoção de alíquota inferior a 2% ou a concessão de benefícios fiscais indevidos constituirão, em tese, ato de improbidade administrativa. Ele rejeitou algumas mudanças da Câmara, restabelecendo parte do texto original do Senado.

— O projeto faz justiça com os municípios, pois incrementa a arrecadação — disse.

Dinheiro extra

Telmário Mota (PDT-RR) disse que o projeto é importante para as prefeituras. Ele citou estudo que aponta que as alterações podem garantir arrecadação extra de R\$ 6 bilhões

às cidades. Para Otto Alencar (PSD-BA), o texto é positivo por incluir novas atividades no escopo da cobrança do ISS, permitindo uma maior arrecadação para as prefeituras.

A regra geral proíbe a concessão de isenções, incentivos e benefícios tributários ou financeiros. Porém, são permitidas exceções, como isenções e incentivos aos setores de construção civil e transporte municipal coletivo. Os municípios e o DF terão um ano, a partir da publicação da futura lei, para revogar os dispositivos de legislação local que concedem isenções.

Várias atividades foram incluídas na lista dos serviços que podem ser tributados. Entre eles, estão conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto em páginas eletrônicas.

(Com Agência Câmara)

Aprovada proposta contra cobrança de bagagem

O projeto que susta a autorização da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) para que as empresas aéreas cobrassem pelo despacho de bagagens foi aprovado ontem em Plenário. A medida da Anac começaria a valer em 14 de março de 2017. O projeto de decreto legislativo (PDS 89/2016), de Humberto

Costa (PT-PE), segue para a Câmara dos Deputados.

Segundo a Anac, a cobrança de bagagem poderia reduzir o valor final das passagens aéreas. A medida, no entanto, foi criticada pelos senadores.

Jorge Viana (PT-AC) considerou a decisão abusiva e “muito precipitada”.

— As agências reguladoras estão subordinadas ao Senado. Não podem adotar medidas que possam prejudicar o consumidor à revelia, sem uma audiência, sem um debate nesta Casa — argumentou.

Magno Malta (PR-ES) chamou a atitude da Anac de “irresponsabilidade” no momento de crise, “em que é preciso incentivar as viagens para negócios e para turismo como forma de aquecer a economia”.

Raimundo Lira (PMDB-PB) acusou o setor aéreo brasileiro de ser cartelizado.

— Se há uma bandeira que unifica a todos nós é a defesa do consumidor — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.



Aeroporto em Pernambuco: decreto legislativo pode suspender decisão da Anac

Psicólogos vão ter data nacional em 27 de agosto

O Senado aprovou a criação do Dia Nacional do Psicólogo (PLC 211/2015), 27 de agosto.

O autor da proposta, deputado Dr. Jorge Silva (PHS-ES),

explica que a escolha se deve ao fato de que foi em um 27 de agosto, em 1962, que a profissão foi regulamentada.

A aprovação do projeto

ocorreu simbolicamente por acordo entre as lideranças partidárias. A proposta foi votada a pedido da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP).

Projeto sobre abuso da autoridade vai à Comissão de Constituição e Justiça

Por um acordo de líderes, o projeto que aumenta a pena para o crime de abuso de autoridade vai tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A discussão da proposta (PLS 280/2016) chegou a ser iniciada ontem no Plenário, mas o presidente do Senado, Renan Calheiros, a retirou da pauta.

— Interpretando o sentimento da Casa, quero adotar a decisão sugerida — disse.

José Agripino (DEM-RN) aconselhou que o projeto passe por três sessões de

discussão na CCJ e tenha data marcada para ser votado.

Para Alvaro Dias (PV-PR), é melhor votar primeiro o fim do foro privilegiado.

Segundo Ana Amélia (PP-RR), vários órgãos querem ajudar na construção da proposta e podem enriquecê-la com contribuições.

Relator da proposta, Roberto Requião (PMDB-PR) disse que foi o primeiro senador a defender a Operação Lava Jato e ressaltou que jamais apoiaria um projeto para coibir investigações.

Legalização de bingos e cassinos terá de ser examinada por colegiado

AGENDA BRASIL

O projeto que amplia o leque dos jogos de azar legalizados no país será enviado para a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A votação no Plenário estava prevista para ontem, mas Magno Malta (PR-ES) apresentou um requerimento pedindo que o projeto (PLS 186/2014) fosse à CCJ, para um debate mais aprofundado. Foram 44 votos a favor e 19

contrários ao requerimento.

O projeto, de Ciro Nogueira (PP-PI), define os tipos de jogos a serem explorados, os critérios para autorização, as exigências para os sócios e as regras para distribuição de prêmios e arrecadação de tributos. Cassinos, apostas eletrônicas, bingo e jogo do bicho poderão ser legalizados. O substitutivo, a cargo de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), também trata das loterias federal e estaduais e do *sweepstake* — uma loteria de corrida de cavalos.

Começa debate sobre efeito cascata nos salários do funcionalismo público

O Plenário do Senado iniciou ontem a discussão em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 62/2015 que pretende acabar com a vinculação automática entre remunerações de agentes públicos, como parlamentares e ministros dos tribunais superiores.

A proposição insere norma nos dispositivos que tratam da remuneração dos agentes públicos em todos os níveis da Federação, impedindo mecanismos de reajuste automático de subsídios sempre

que for alterado o vencimento eleito como parâmetro.

O texto de Gleisi Hoffmann (PT-PR) visa impedir o efeito cascata nos reajustes dos subsídios sobre outras categorias do serviço público.

— Temos obrigação, como pessoas públicas, de deixar claro como ganhamos o salário, as indenizações. Todos, não importa se é senador, deputado, juiz, procurador, promotor, governador, presidente, ministro ou secretário. É isso, simples assim — defendeu a senadora.

Texto que regula vaquejada passa pela primeira sessão de discussão no Plenário

O Senado fez ontem a primeira das cinco sessões de discussão em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição que busca reverter a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contra as vaquejadas. Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em novembro, passou a ser analisada em regime de urgência.

A PEC 50/2016, apresentado após a decisão do STF, muda o artigo 225 da Constituição para descaracterizar a prática de crueldade associa-

da ao esporte. No julgamento de ação do Ministério Público contra a lei que regulamenta as vaquejadas no Ceará, o relator, ministro Marco Aurélio, considerou haver “crueldade intrínseca” contra os animais.

O texto prevê que não serão consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que previstas na Constituição e registradas como integrantes do patrimônio cultural. A condição é que sejam regulamentadas em lei específica que garanta o bem-estar dos animais.

Senado aprova programa de recuperação fiscal para estados

Substitutivo resgatou as contrapartidas, previstas no projeto original, para que os estados possam ter prazo de pagamento das dívidas estendido. Senadores também aprovaram emenda que cria o Regime de Recuperação Fiscal, cuja adesão será optativa

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o projeto que promove reduções escalonadas das parcelas mensais das dívidas dos estados com a União, mediante contrapartidas. O texto ganhou emenda, apresentada pela liderança do governo, que cria o Regime de Recuperação Fiscal, programa de adesão optativa para estados em pior situação.

O PLC 54/2016 estende por 20 anos o prazo para o pagamento das dívidas. Somados os prazos remanescentes, os estados terão até 50 anos para quitá-las. Em troca, terão que tomar medidas como reduzir despesas correntes, aumentar a contribuição previdenciária dos servidores públicos, suspender contratações, limitar gastos com propaganda, refinanciar contratos com o BNDES e instituir monitoramento contínuo das suas contas.

A Câmara dos Deputados havia retirado as contrapartidas do projeto original, do Executivo. O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), reinseriu as contrapartidas, além de incorporar o Regime de Recuperação Fiscal. Devido às alterações, a proposta terá que voltar para a Câmara, que terá a palavra final.

Os estados que optarem pela renegociação não poderão mais editar leis de concessão de benefício tributária. Além disso, terão de reduzir a despesa mensal com cargos de livre provimento em 10% na comparação com junho de 2014.

A exemplo do governo federal com a PEC 55/2016, os estados terão de limitar o crescimento anual das despesas. O crescimento dos gastos não poderá ser maior que a variação da inflação durante os 24 meses subsequentes à assinatura do primeiro termo aditivo.

Os estados serão dispensados dos requisitos para a realização de operações de crédito e concessão de garantias pela União, inclusive as exigências legais



Armando Monteiro decidiu reinserir no projeto as condições que haviam sido retiradas pela Câmara

que impediriam o recebimento de transferências voluntárias.

Medidas de emergência

Proposto por emenda do líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o Regime de Recuperação Fiscal prevê medidas emergenciais e reformas institucionais nos estados, em parceria com a União, para corrigir desequilíbrios fiscais e financeiros graves. O regime durará até três anos, prorrogável por mais três. Nesse período, o pagamento de dívidas com a União ficará suspenso.

A adesão se dará por lei estadual que deve ser homologada pelo presidente da República, após parecer do Ministério da Fazenda. A lei deve conter o programa de recuperação, com medidas de ajuste fiscal e estimativa de impactos. Um órgão supervisor acompanhará o processo e fará relatórios periódicos.

Em caso de descumprimento das condições, o regime será encerrado e o estado não poderá ter acesso a novos financiamentos da União nem solicitar nova adesão antes de cinco anos.

Senadores da oposição questionaram as contrapartidas exigidas dos estados para o parcelamento das dívidas. José Pimentel (PT-CE) afirmou que o projeto compara estados ricos e muito endividados com estados mais pobres e em melhor situação, impondo a todos as mesmas restrições.

Tasso Jereissati (PSDB-CE), favorável ao projeto, argumentou que o texto traz dispositivo que cria uma classificação dos estados de acordo com a situação das suas dívidas. Os estados com dívidas menores poderão levantar empréstimos que não serão permitidos aos estados mais endividados.

Lindbergh Farias (PT-RJ) classificou as condições do regime de “draconianas”, em especial as exigências de desestatização e reformulação da previdência dos servidores públicos.

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), os requisitos têm “orientação claramente ideológica” e significam a imposição de uma “PEC 55 piorada” para os estados que aderirem ao regime.

O projeto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, por 55 votos a 14.

Ministro do STF determina retorno à Câmara do projeto contra corrupção

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar no mandado de segurança impetrado pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) para suspender os atos referentes à tramitação do projeto de lei de iniciativa popular de combate à corrupção, atualmente no Senado (PLC 80/2016).

Segundo Fux, há uma “multiplicidade de vícios” na tramitação da proposta, por isso ela deve retornar à Câmara e tramitar de acordo com o rito estabelecido para proposições de iniciativa popular, “vedando-se a prática comum de apropriação da autoria do projeto por um ou mais deputados”.

O projeto é resultante do movimento que sugeriu dez medidas de combate à corrupção e recolheu 2.028.263 assinaturas de eleitores. Nesta condição, segundo o Regimento Interno da Câmara, há tramitação diferenciada.

(Com informações do Supremo Tribunal Federal)

Plenário suspende norma sobre terrenos de marinha para sanar impropriedades

O Plenário do Senado aprovou ontem um decreto legislativo para suspender orientação normativa da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) sobre demarcação de terrenos de marinha.

Trata-se de terrenos localizados no litoral brasileiro, em área definida pela média das marés registradas em 1831, e que pertencem à União.

Para o relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), a suspensão servirá para sanar “impropriedades jurídicas” decorrentes da aplicação da norma em vigor. O autor, Dário Berger (PMDB-SC), considera a regra atual “anacrônica”. O decreto legislativo seguiu para promulgação imediata.

Confirmados os nomes de quatro novos embaixadores

O Plenário aprovou ontem quatro indicações da Presidência da República para embaixadas. Maria Laura da Rocha vai assumir a representação brasileira na Hungria; Carlos Alberto Simas, no Paraguai; Vilmar Rogeiro Coutinho, em São Tomé e Príncipe; e Luiz Felipe Mendonça, no Vaticano.

Hungria

Carioca, a diplomata Maria Laura já foi ministra-conselheira na embaixada em Paris, delegada permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e representante permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

O comércio entre Brasil e Hungria praticamente dobrou em dez anos. Em 2015, totalizou US\$ 656,3 milhões, de

acordo com o Ministério da Indústria e Comércio Exterior.

Paraguai

Ao ser sabatinado na Comissão de Relações Exteriores (CRE) em novembro, Carlos Simas afirmou que muitas empresas brasileiras têm deslocado partes da produção para o Paraguai, devido aos baixos custos de trabalho e condições fiscais vantajosas.

O Paraguai, destacou, tem relações prioritárias com o Brasil, baseadas principalmente em cooperação energética, integração de infraestrutura, cooperação fronteiriça e combate a ilícitos transnacionais.

São Tomé e Príncipe

Vilmar Coutinho Junior defendeu, na sabatina na CRE, a política do Itamaraty de manter embaixadas em inúmeras nações pequenas, apesar do

quadro de aprofundamento de crise econômica.

Ele afirmou que o país africano é um caso peculiar para o Brasil, pois é uma nação de língua portuguesa e, além disso, seria muito restrito avaliar a representação em pequenos países apenas sob um ponto de vista de natureza contábil.

Vaticano

Luiz Felipe Mendonça disse, na sabatina na CRE, que o fato de o papa Francisco ser argentino e atuar na superação de questões políticas estruturais da América Latina é uma janela pela qual o Brasil pode estreitar ainda mais seus laços com o Vaticano.

O diplomata também destacou a preocupação do papa com o aumento das desigualdades sociais no mundo e a defesa intransigente dos direitos humanos.

Renan destaca devolução de denúncia e volta a criticar o Ministério Público

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez pronunciamento ontem para comentar a notícia de que uma denúncia contra ele foi devolvida pelo ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal federal (STF), ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Segundo Renan, as acusações que enfrenta são frágeis e ele provará que não se sustentam.

— Não temo absolutamente nada. Estou há nove anos sob devassa intensa. Pedi a investigação para esclarecer os fatos, meus sigilos foram entregues à Procuradoria-Geral da República, à Receita, à Polícia Federal. Estou à disposição.

Ontem, Teori retornou a denúncia de Janot para que o procurador-geral complemente informações e aguarde o fim de diligências da Polícia Federal. A denúncia se refere

a crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da Operação Lava Jato.

Renan voltou a criticar a atuação do Ministério Público na operação, lembrando que o Senado rejeitou três indicações, para o Conselho Nacional do órgão, de procuradores que hoje atuam na Lava Jato. O Ministério Público está perdendo sua isenção, disse: — Cada constrangimento, cada busca e apreensão que fazem com cobertura da imprensa precisa ser melhor observado.

Ele citou outra denúncia, recentemente aceita pelo STF, que o transformou em réu. Dois dos três fatos denunciados foram rejeitados pelos ministros e o único que restou — peculato, pelo uso irregular de verba indenizatória — não será comprovado, afirmou.

Documento digital pode ter o original destruído

Projeto que permite eliminar papéis após a digitalização certificada foi aprovado ontem e deve seguir para a Câmara

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) confirmou ontem, em votação suplementar, a aprovação de texto substitutivo a projeto que assegura ao documento digitalizado e certificado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) o mesmo valor legal do documento físico que lhe deu origem.

A proposta (PLS 146/2007), do senador Magno Malta (PR-ES), deve seguir para a Câmara se não houver recurso para votação do texto pelo Plenário.

O substitutivo foi elaborado pelo senador José Maranhão (PMDB-PB), presidente da CCJ. O texto prevê autorização para que se elimine o original do documento após a digitalização certificada e estabelece que a digitalização e o armazenamento em mídia autenticada sejam feitos por empresas ou cartórios credenciados.

O PLS 146/2007 abre prazo de 90 dias, a partir da conversão em lei, para o governo regulamentar o tema, indicando os requisitos para o credenciamento das empresas e dos cartórios.

Em 2015, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) se posicionou pela prejudicialidade do texto. De acordo com o colegiado, a regulação pretendida no projeto já constava da Lei 12.682/2012, decorrente da aprovação do PLC 11/2007, que tramitou



A comissão realizou ontem a última reunião do ano. Foram 43 encontros e 330 propostas votadas, segundo Maranhão (E)

em conjunto com a proposta do presidente da República”, justifica Maranhão.

O relator na CCJ rejeitou o argumento da CCT de que o projeto do senador estaria prejudicado pelo fato de tratar de questões vetadas pela Presidência da República quando da sanção do PLC 11/2007. As questões objeto do veto foram a equiparação dos documentos digitalizados com certificação aos documentos originais e a garantia do mesmo efeito jurídico dos documentos microfilmados às cópias digitalizadas.

“A pendência de apreciação de veto presidencial não é um fator impeditivo ao oferecimento de proposições legislativas. O presente projeto, caso aprovado por ambas as Casas legislativas, ainda teria que ser submetido à sanção

do presidente da República”, justifica Maranhão.

Ele sugeriu a adequação do projeto à Lei 12.682/2012, o que fez por meio do substitutivo. Maranhão observou que a lei proíbe a eliminação dos documentos físicos digitalizados, “o que acaba por impedir que avancemos na desmaterialização de processos”. Como o novo Código de Processo Civil já reconheceu os documentos digitalizados como válidos, o relator sustentou que isso precisa estar na lei.

“Deve-se permitir que os documentos em papel possam ser destruídos após a digitalização, desde que respeitados os requisitos para garantia da integridade, autenticidade e fidedignidade da conversão do arquivo do meio físico para o digital”, afirma.

Plenário analisará regras para reclamações contra atos praticados por membros do Ministério Público

Projeto que disciplina a apresentação de recursos e reclamações em inquérito civil sob responsabilidade do Ministério Público também foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Agora, segue para votação no Plenário.

A proposta (PLC 218/2015), que altera a Lei 7.347/1985, reguladora da ação civil pública, recebeu parecer favorável, com emenda de redação do relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

O PLC estabelece prazo de 45 dias para a resolução de recurso ou reclamação apresentados ao órgão superior do Ministério Público sobre decisões ou atos de membros

Maranhão destaca atuação da CCJ para atender o país

O presidente da CCJ, senador José Maranhão (PMDB-PB), citou ontem o fim do foro privilegiado para autoridades nos crimes comuns, a reforma política e a fixação de um teto para as despesas públicas entre as 330 propostas legislativas votadas pelo colegiado em 2016.

Em 43 reuniões, conforme Maranhão, a CCJ manteve elevada produtividade e “soube responder às demandas da sociedade, obedecendo ao seu mandato de zelar pelo texto constitucional e proporcionar debates de alto padrão para solucionar as questões brasileiras mais relevantes”.

da instituição nos autos de inquérito civil ou em peças informativas.

Segundo Anastasia, o objetivo do projeto é encaminhar uma solução processual para esclarecimento de fatos relevantes no inquérito civil e, assim, evitar a contestação judicial de eventuais desvios.

“A correção de eventuais lesões a direitos e garantias fundamentais dentro dos procedimentos preparatórios evita a instauração de ações civis públicas baseadas em provas ilícitas”, justifica o relator no parecer.

Se o PLC 218/2015 for aprovado sem alterações no Plenário, seguirá para a sanção da Presidência da República.

Relatório sugere estratégias para desenvolver a aviação regional no país

A concessão em bloco de aeroportos nacionais e regionais está entre as principais recomendações da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para melhorar o transporte aéreo no interior. A CDR avaliou, ao longo do ano, a política do governo para a aviação regional e aprovou ontem as conclusões expressas no relatório do senador Wellington Fagundes (PR-MT).

Com base nas sugestões de especialistas, que participaram de três audiências

públicas e um seminário sobre o tema, o senador elencou recomendações a órgãos do Poder Executivo responsáveis pela gestão do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR).

Para aeroportos economicamente viáveis, a sugestão de concessão em bloco prevê a união de um aeroporto superavitário (de uma capital, por exemplo) a outros que demandem investimentos para se viabilizarem.

O relator sugere que aeroportos de-

ficitários também sejam incluídos nos blocos, desde que haja economia de escala a ser explorada. Para aeroportos sem viabilidade econômica, mas necessários à população ou à segurança nacional, ele sugere que sejam aplicados recursos a fundo perdido ou que sejam operados pela Infraero.

Outra recomendação é a exigência mínima de integração operacional entre empresas aéreas operadoras de rotas regionais subsidiadas e empresas aé-

reas nacionais, adequando os horários de partida e chegada e as conexões.

No relatório, Wellington analisa dificuldades para a implementação do PDAR e aponta problemas que vão da falta de profissionais qualificados à crise financeira dos governos locais, considerada principal causa do descumprimento das contrapartidas exigidas pelo governo federal. Ele também pede o fim do contingenciamento de recursos do Fundo Nacional da Aviação Civil.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Participantes de debate sobre a atuação da Anatel pediram que os fundos destinados às telecomunicações, como Fust, Fistel e Funttel, sejam realmente aplicados na infraestrutura do setor

Audiência aponta restrição da cobertura de telefonia

A LIMITADA COBERTURA da telefonia celular em rodovias e áreas distantes dos centros das cidades foi apontada pelos participantes de debate ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) sobre medidas para aprimoramento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel (SindiTelebrasil), Carlos Duprat, disse que as operadoras de celular somente têm obrigação de cobrir 80% da área urbana dos municípios.

— Também não há exigência quanto à cobertura de áreas rurais e rodovias — observou.

Duprat afirmou que é do interesse das operadoras instalar mais antenas para melhorar o sinal, mas reclamou da burocracia restritiva imposta por leis estaduais e municipais.

Alessandra Marques, presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor, defendeu a articulação com estados e municípios para flexibilizar a legislação.



Alessandra Marques, Juarez Quadros, Lasier Martins, Paulo Sisnando e Carlos Duprat

O problema, segundo o presidente do Conselho Diretor da Anatel, Juarez Quadros, está nos leilões das faixas de frequência de celular 3G e 4G.

— Os editais tiveram viés arrecadatário. Preveem que só em 2019 haverá obrigação de atender localidades com população abaixo de 30 mil pessoas — disse.

Ele garantiu que os futuros leilões realizados pela agência exigirão ampliação da cobertura em estradas e áreas rurais.

Há anos as operadoras lideram os rankings de reclamações nos Procons, sobretudo por cobranças indevidas, má

qualidade do serviço e falta de clareza das faturas. Segundo Duprat, isso ocorre porque as empresas de telefonia têm muitos clientes.

Os participantes do debate concordaram em um ponto: os recursos dos fundos de telecomunicações (Fust, Fistel e Funttel) devem ser direcionados para o setor. Eles arrecadaram mais de R\$ 90 bilhões nos últimos 15 anos, mas apenas 7% desse valor tem sido investido em infraestrutura no setor.

Lasier Martins (PDT-RS), presidente da CCT, disse que a telefonia é o serviço de utilidade pública mais demandado.

Comissão aprova relatório sobre políticas públicas sustentáveis

A Comissão Senado do Futuro aprovou na terça-feira dois relatórios sobre o cumprimento de políticas públicas nas áreas de educação e alimentação sustentável. Foram avaliadas políticas públicas já em andamento e que ainda serão implementadas, relacionadas ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em 2015. Essa agenda estabelece parâmetros para a implementação de políticas nacionais e atividades de cooperação internacional até 2030.

Cristovam Buarque (PPS-DF) apresentou relatório com metas específicas para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. Entre elas, assegurar que todos os brasileiros tenham um desenvolvimento adequado na primeira infância e na educação básica; proporcionar a igualdade de acesso ao ensino técnico, profissional e superior; e valorizar a carreira de docente. O senador disse, porém, que há dificuldade na integração entre estados, municípios e União para promover ações na educação.

— Na área educacional,

segmentos estruturantes são deixados à conta dos municípios, que são os entes mais fragilizados da Federação.

Alimentação

Outro relatório aprovado foi o de Cidinho Santos (PR-MT), com os objetivos para proporcionar uma alimentação sustentável e nutritiva. O senador afirmou que o país já conquistou avanços no combate à fome, mas ainda há muitas famílias em situação de insegurança alimentar.

— Nos últimos dois anos, a gente vem retrocedendo, com as questões de desemprego e as questões econômicas. E, hoje, nós temos famílias em situação de vulnerabilidade ainda — disse Cidinho.

A comissão também promoveu audiência pública para discutir a utilização de recursos na saúde em Mato Grosso. Participaram do debate prefeitos, deputados estaduais e representantes do Tribunal de Contas do Estado e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

Foi destacada a necessidade da conclusão de obras inacabadas, principalmente a do Hospital e Pronto Socorro de Cuiabá, e do replanejamento da construção do Hospital Universitário Júlio Muller.

Texto que altera política nacional sobre drogas divide senadores

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem substitutivo a projeto da Câmara (PLC 37/2013) que altera o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad). O texto define condições de atendimento a usuários, inclusive com regras sobre internação involuntária, além de diretrizes e formas de financiamento de ações de enfrentamento às drogas.

Houve contestação à aprovação do substitutivo, proposto pelo relator, Lasier Martins (PDT-RS). Para Lídice da Mata (PSB-BA), autora de outro texto alternativo, e Fátima Bezerra (PT-RN), o resultado não expressou a vontade da maioria. Elas pretendem recorrer à Mesa do Senado, mesmo estando prevista a discussão do texto em mais três

comissões, antes da decisão final em Plenário.

Havia poucos senadores na reunião da CE, que analisava a pauta em processo simbólico, sem voto individual. Durante a análise, as senadoras contestaram pontos do substitutivo. Assim que o debate terminou, Romário (PSB-RJ), presidente da CE, pediu aos que apoiavam o relator que permanecessem como se encontravam, e logo anunciou a aprovação. Para as senadoras, porém, a maioria se manifestou contra o texto.

Um dos pontos criticados foi a retirada, no substitutivo, de dispositivo aprovado pelos deputados, por acordo feito à época com o governo, que busca evitar a aplicação de pena de tráfico a pequenos usuários eventualmente envol-

vidos com venda de droga. O atenuante excluído permitiria que o juiz pudesse concluir pelo “menor potencial lesivo da conduta” e reduzir a pena.

Para Lasier, a lei precisa enfrentar de maneira firme “o maior flagelo do país, o tráfico de drogas”. Também disse que não há como bancar os custos de tratamento para quantidade crescente de dependentes.

Lídice observou que a questão é complexa e não pode ser resolvida com ações simples, como a caracterização de usuário como traficante. Ela também disse que Lasier ignorou as principais contribuições do substitutivo aprovado antes pela Comissão de Constituição e Justiça — a seu ver, colegiado mais habilitado para tratar de aspectos penais da questão.

Vai ao Plenário proposta que institui programa de incentivo a leitura e escrita

A Comissão de Educação aprovou ontem o projeto de lei que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (PLS 212/2016). Pelo texto de Fátima Bezerra (PT-RN), a política deve funcionar como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público.

O relatório favorável de Paulo Paim (PT-RS), lido por Dário Berger (PMDB-SC), alterou a data de entrega desse plano, que será até os seis

primeiros meses do mandato presidencial, em vez de no final do primeiro ano. Agora o projeto vai para o Plenário.

De acordo com Fátima, o objetivo principal do projeto será democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes da leitura por meio de bibliotecas abertas ao público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade. A proposta estabelece ainda criar o Prêmio Viva Leitura.

Ministro da Educação deve explicar sobre suposto boicote a Fórum de Educação

O ministro da Educação, Mendonça Filho, deverá ser convocado para prestar informações à Comissão de Educação (CE) a respeito de denúncia sobre dificuldades que o governo estaria criando para inviabilizar o funcionamento do Fórum Nacional de Educação (FNE). O pedido, de Fátima Bezerra (PT-RN), foi aprovado ontem.

A comissão também apro-

vou substitutivo a projeto para possibilitar que instituições privadas sem fins lucrativos especializadas em educação especial, como Apaes e Sociedades Pestalozzi, possam receber apoio financeiro do governo (PLS 69/2015). A proposta, de Romário (PSB-RJ), vai para decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O substitutivo é de Paulo Paim (PT-RS).

Avança nova norma para concessão do Bolsa-Atleta

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto que altera critérios para a concessão do Bolsa-Atleta, com efeitos sobre a categoria Bolsa Atleta Pódio (PLS 709/2015).

O texto, do senador Romário (PSB-RJ), veda atendimento a atletas que já tenham rendimentos acima de 360 salários mínimos anuais. Hoje o teto

equivale a quase R\$ 317 mil por ano, uma renda superior a R\$ 24 mil mensais.

O projeto prevê pena de suspensão imediata do benefício caso a concessão seja feita em desacordo com o teto fixado.

Uma das seis emendas sugeridas pelo relator, Lasier Martins (PDT-RS), retira da redação trecho que sugere

prioridade, para a concessão das bolsas, a atletas que pratiquem esportes de modo não profissional. Para o relator, a prioridade resultaria em “limitação excessiva” ao alcance do Bolsa-Atleta.

O projeto segue agora para análise terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Comissão aprova relatórios sobre Previdência

Textos de Ana Amélia sobre aposentadoria por tempo de contribuição e de Paim sobre as contas do sistema previdenciário seguem para o Plenário

RELATÓRIOS SOBRE ASPECTOS da Previdência Social foram apresentados ontem por Ana Amélia (PP-RS) e Paulo Paim (PT-RS) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Os textos de avaliação de política pública da comissão em 2016 seguem agora para Plenário.

A senadora, que avaliou a aposentadoria por tempo de contribuição, fixou-se na recomendação de criação, pelo Executivo, de ferramentas estatístico-matemáticas para traçar projeções sobre a evolução dos pagamentos dos benefícios previdenciários. A ausência desses dados prejudica o planejamento e a gestão, afirmou. Ela sugeriu que a Secretaria de Previdência tome medidas para elevar a adesão dos cidadãos à previdência complementar.

Já Paim, em seu documento, negou a existência de um “rombo catastrófico” nas contas do sistema previdenciário e sugeriu que a CAS faça debates com estudiosos, representantes dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Ministério da Fazenda.

O senador registrou a existência de duas visões conflitantes sobre a forma de cálculo do resultado do Regime Geral da Previdência Social (RGPS): a fiscalista e a constitucionalista.



Os senadores Ana Amélia e Paulo Paim foram os relatores da política pública analisada este ano pela Comissão de Assuntos Sociais, a Previdência Social

A primeira considera somente as despesas e receitas previdenciárias, o que resulta em déficit no RGPS. A outra leva em conta todas as receitas e despesas destinadas à seguridade social, ou seja, saúde, assistência social e previdência social, quando se constata até mesmo superavit.

Superavit

Paim observou que, de modo geral, cada uma das áreas da seguridade social tem sido tratada de forma individualizada e segmentada, frustrando o arranjo constitucional do sistema de proteção social brasileiro. “Infelizmente, sua compartimentalização trouxe a perda da visão totalizante e a consequente criação de áreas burocráticas e estanques, com administrações individualizadas e que se isolaram”, diz no relatório.

Segundo dados da Associação Nacional dos Auditores

Fiscais da Receita Federal (Anfip), o orçamento da seguridade social é superavitário há anos. Em 2006, de acordo com os dados da Anfip, o superavit foi de R\$ 59,9 bilhões, atingindo o máximo em 2012, com R\$ 82,7 bilhões. Em 2015, quando o país já enfrentava a crise econômica, ficou em R\$ 24 bilhões. Ainda segundo o documento, o governo usa a Desvinculação de Recursos da União (DRU), retirando dinheiro do setor para ser usado de outras formas no orçamento.

Paim sugere buscar a integração ao sistema de milhões de trabalhadores informais. Também propõe que se discutam com os interessados soluções para equalizar o envelhecimento da população e a diminuição dos contribuintes, que afetará as aposentadorias futuramente. Ele aponta o crescimento econômico e o aumento de contratações para melhoria do sistema.

Projeto que obriga maternidade de referência a ter banco de leite segue para a Câmara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão final, projeto de Dário Berger (PMDB-SC) que obriga todas as maternidades de referência regional a dispor de bancos de leite em suas instalações. O objetivo do PLS 171/2016 é aumentar a capilaridade da rede de aleitamento materno. A matéria vai para a Câmara se não houver recurso para ser examinada pelo Plenário.

O Brasil tem o maior número de doadoras de leite materno do mundo, segundo o Ministério da Saúde. No entanto, essa cobertura ainda é deficitária em algumas regiões. Alguns estados — principalmente da Região Norte, que registra a maior taxa de mortalidade infantil do país — só dispõem de um

banco de leite na capital.

A intenção é facilitar o acesso dos bebês ao leite materno, uma vez que a introdução precoce (antes do sexto mês de vida) de outros alimentos pode aumentar o risco de desnutrição e está associada a casos de diarreia, hospitalização por doença respiratória e diminuição na absorção de minerais. O ministério orienta os hospitais com leitos neonatais a ter banco de leite humano ou posto de coleta.

— O projeto tem grande alcance social, exige o banco de leite nos hospitais, o que é importante para a nutrição das crianças, especialmente as que nascem prematuras ou com deficiência, com subnutrição, para que tenham vida saudável — defendeu a relatora, Lúcia Vânia (PSB-GO).

Vai a Plenário regulamentação da equoterapia como método de reabilitação de pessoas com deficiência

A regulamentação da equoterapia como método de reabilitação de pessoas com deficiência foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para o Plenário.

A equoterapia é um método de reabilitação que utiliza o cavalo em abordagens interdisciplinares nas áreas da saúde, educação e equitação com o objetivo de promover o desenvolvimento biopsicossocial.

O texto aprovado é um substitutivo da Câmara (SCD 13/2015) a projeto do ex-senador Flávio Arns. Pela proposta, a prática passa a ser condicionada a um parecer favorável em avaliação médica, psicológica e fisioterápica.

Também deve ser exercida por uma equipe multiprofissional, constituída por médico, veterinário e uma equipe mínima de atendimento composta por psicólogo, fisioterapeuta e

um profissional da equitação.

Também poderão fazer parte da equipe, em abordagens individualizadas, pedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e professores de educação física, desde que possuam curso específico na área da equoterapia. Outra exigência é que deve haver o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo praticante, por meio de um registro periódico, siste-

mático e individualizado das informações em prontuário.

Os centros de equoterapia somente poderão operar se obtiverem alvará de funcionamento da vigilância sanitária e de acordo com as normas sanitárias previstas em regulamento. O relator na CAS foi Otto Alencar (PSD-BA).

O senador também relatou o PLS 200/2015, aprovado ontem em turno suplementar, com emendas. O projeto

regulamenta a pesquisa clínica no Brasil. Foi retirado de pauta o PLS 385/2016, de Sérgio Petecão (PSD-AC), que estabelece o pagamento obrigatório da contribuição sindical somente pelos filiados aos sindicatos, e não por todos os trabalhadores, como ocorre hoje. Representantes de sindicatos, centrais e confederações protestaram na comissão no momento em que o projeto foi colocado em análise.

Proposta garante redução de jornada para trabalhador com filho deficiente

Projeto de lei que garante a redução em 10% na jornada de trabalho do empregado que tiver sob sua guarda filho com deficiência foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto (PLS 110/2016), de Waldemir Moka (PMDB-MS), estabelece que a redução da jornada não deverá interferir na remuneração ou em outros benefícios do trabalhador.

A relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), deixou claro no texto que a deficiência independe da idade do filho.

Paulo Paim (PT-RS) lembrou que o texto ainda será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde deve ser sugerida uma compensação aos empregadores.

A CDH também aprovou projeto de Cristovam Buarque (PPS-DF) que torna crime hediondo o acidente de trânsito com vítima fatal provocado por motorista bêbado ou por motorista envolvido em pegas ou rachas. A proposta (PLS 1/2008) segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Senado confirma duas indicações para diretoria da Agência Nacional do Petróleo

O Plenário do Senado aprovou ontem as indicações de Décio Fabrício Oddone da Costa e Felipe Kury para os cargos de diretores da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Os dois nomes haviam sido, na tarde de ontem, sabatinados e aprovados, por unanimidade na Comissão de Infraestrutura (CI).

Os relatores na CI foram os senadores Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Décio Oddone fez carreira na Petrobras, chegando a presidir as operações

da estatal na Bolívia. Formado em engenharia elétrica, fez cursos de administração em Harvard e hoje é diretor de Projetos de Óleo e Gás da Prumo Logística. Também é conselheiro da Ferroport Logística e da NFX Combustíveis Marítimos.

Kury foi executivo em empresas como IBM, Microsoft e Thomson Reuters. Também formado em engenharia elétrica, ele cursou MBA executivo em Harvard e programa para executivos seniores na London Business School.